



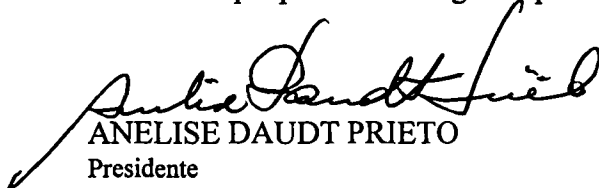
**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA**

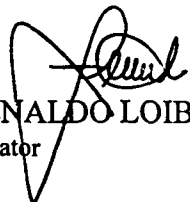
Processo nº : 10183.003411/2004-41
Recurso nº : 131.600
Acórdão nº : 303-32.531
Sessão de : 09 de novembro de 2005
Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A. -
CEMAT
Recorrida : DRJ-CAMPO GRANDE/MS

QUITAÇÃO DE DÉBITO DE PIS COM TÍTULO ELETROBRÁS.
Ainda que o empréstimo compulsório tenha natureza tributária, não
há a necessária previsão legal para a sua restituição/compensação
com débitos de tributos administrados pela SRF.
Recurso Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho
de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário,
na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


ANELISE DAUDT PRIETO
Presidente


ZENALDO LOIBMAN
Relator

Formalizado em: 14 DEZ 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Nanci Gama, Sérgio de
Castro Neves, Silvio Marcos Barcelos Fiúza, Nilton Luiz Bartoli, Marciel Eder Costa
e Tarásio Campelo Borges. Esteve presente o Procurador da Fazenda Nacional
Leandro Felipe Bueno.

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

RELATÓRIO

A CEMAT solicitou, em 27/08/2004, a restituição de R\$ 800.000,00, parte de um crédito maior que possui, de R\$ 28.228.519,10, relativo a Empréstimo Compulsório, representado por cautelas de Obrigações emitidas pela ELETROBRÁS em 04/03/1977, 16/03/1977, 07/10/1977 e 13/09/1978.

A requerente informou ter feito a compensação daquele crédito com débitos do PIS, período de apuração de julho/2004, no valor de R\$ 762.267,75 (fls. 292-293, vol. II).

A DRF/Cuiabá indeferiu o pedido de restituição por meio do Despacho Decisório de fls. 299 e não homologou as compensações pretendidas pela interessada, sob o argumento de que a SRF não é competente, por falta de previsão legal, para apreciar e decidir sobre o resgate das obrigações instituídas pela Lei 4.156/62 e considerou não declarada a compensação.

Ciente da decisão, a interessada apresentou manifestação de inconformidade (fls. 302/322), tempestivamente, em 07/10/2004 argumentando em síntese que o empréstimo compulsório da Eletrobrás tem natureza tributária consoante jurisprudência do STF, logo está requerendo restituição de tributo, que deve ser ressarcido pela SRF. Há na cautela da obrigação emitida, expressa referência à responsabilidade da União Federal, já tendo o STJ e os TRF decidido conforme ementas transcritas. Acrescenta que não houve prescrição do direito de restituição, tendo o STJ firmado que a prescrição é vintenária. Assim, na espécie, tal prazo só viria a vencer em 03/2017, 10/2017 e 09/2018 respectivamente. Pede também a correção monetária e juros de mora.

A DRJ, por sua 2ª Turma de Julgamento, por unanimidade, decidiu indeferir o pedido, conforme se vê nos exatos termos apostos às fls. 336/340. Os principais pilares que fundamentam a decisão são:

1. O CTN identifica a compensação como uma das formas de extinção do crédito tributário, condicionando, entretanto, sua viabilização por meio de lei ordinária, nos termos do art. 170.

2. Inicialmente foi a Lei 8.383/91 que disciplinou a matéria autorizando a compensação de eventuais créditos de tributos/contribuições com débitos da mesma espécie e destinação constitucional (c/a redação dada pela Lei 9.250/95). Posteriormente a Lei 9.430/96, art. 74 (depois alterado pela Lei 10.637/2002) estendeu a possibilidade de compensação para quaisquer tributos administrados pela SRF. Veio o Decreto 2.138/97 para regulamentar a lei.

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

3. A IN SRF 21/1997, e depois a IN SRF 210/02, a IN SRF 414/2004, todas dispoendo sobre restituição, compensação e ressarcimento de créditos de tributos administrados pela SRF. Há uma exceção que é para o pedido de restituição de receita da União arrecadada mediante DARF, que não esteja a cargo da SRF, prevista no art. 13, da IN SRF 210/02, no entanto, o empréstimo compulsório não se enquadra nessa exceção posto que não foi recolhido mediante DARF (conforme disse o Parecer que fundamentou o despacho de indeferimento pela DRF, às fls. 298, item 15).

4. O fato de o contribuinte possuir crédito de empréstimo compulsório contra a União não justifica que possa utilizar o instituto da compensação tributária, cabe-lhe pleitear tal ressarcimento diretamente à Eletrobrás conforme consta do art. 66, § 1º, do Decreto 68.419/1971.

5. Ainda que o empréstimo compulsório tenha natureza tributária, não há a necessária previsão legal para a sua restituição/compensação com débitos de tributos administrados pela SRF. Por outro lado, a Lei 10.179/2001 admite o pagamento de tributos federais com Letras e Notas do Tesouro Nacional, que não é o caso.

6. Caso fosse possível a compensação pretendida, ainda se teria que atentar para o prazo prescricional do pedido de restituição não obstante os julgados trazidos à colação. Os títulos foram emitidos pela Eletrobrás em 16.03.1977 e 10.05.1978. Ora, o entendimento da SRF é de que o prazo para se pleitear restituição de indébito é de cinco anos a contar da data da extinção do crédito tributário, consoante o AD SRF 96/99.

7. Não bastasse isso o Decreto 20.910/32, art. 1º, dispõe que as dívidas passivas da União, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda, seja qual for a sua natureza, prescreve em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram, norma esta que se encontra em vigor conforme ensina Theotônio Negrão (Código Civil e leg. em vigor, 19ª ed., 2000, p.905)

Irresignado com a decisão DRJ a interessada apresentou tempestivamente seu recurso voluntário dirigido ao Conselho de Contribuintes, conforme está às fls. 344/364, que leio em sessão.

O pedido é para que:

1. Seja anulada a decisão recorrida, determinando-se à DRJ que aprecie o mérito do pedido de restituição/compensação diante da inequívoca responsabilidade da União Federal pela restituição do tributo empréstimo compulsório anteriormente recolhido.

2. Subsidiariamente, caso se entenda estarem presentes todos os elementos para uma decisão de mérito que seja dado provimento ao recurso,

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

reconhecendo-se como procedente o pedido de restituição e homologando-se a compensação.

É o relatório.



Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

VOTO

Conselheiro Zenaldo Loibman, Relator

Adoto voto do eminente Conselheiro Nilton Luiz Bartoli (referente ao Recurso nº 131505).

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do Recurso Voluntário por conter matéria de competência do Terceiro Conselho de Contribuintes.

De plano, cumpre-me destacar que, conforme bem sintetizado na decisão recorrida:

“5. As modalidades de extinção do crédito tributário estão previstas no artigo 156 do Código Tributário Nacional. Dentre elas encontramos a compensação:

‘Artigo 156. Extinguem o crédito tributário:

...

II – a compensação;’

...

6. O artigo 170 do mesmo diploma normativo estabelece o regime jurídico desta modalidade extintiva no âmbito tributário:

‘Artigo 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.’

7. Ora, a compensação tributária não é, portanto, indiscriminada. Vários requisitos devem ser atendidos. Dentre eles, deve haver lei específica autorizadora para tal e há de serem os créditos líquidos e certos.

8. No âmbito Federal, o primeiro requisito (a lei autorizadora) só surgiu com a publicação da Lei 8383/91, cujo artigo 66 e parágrafos assim estipulavam:

‘Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subsequentes.

§1º A compensação somente poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie.

§2º É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.

§3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do imposto ou contribuição corrigido monetariamente com base na variação da Ufir.

§4º As Secretarias da Receita Federal e do Patrimônio da União e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.’

Já a Lei 9430/96 trouxe outros dois artigos sobre a matéria:

‘Art. 73. Para efeito do disposto no art. 7º do Decreto-lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, a utilização dos créditos do contribuinte e a quitação de seus débitos serão efetuadas em procedimentos internos à Secretaria da Receita Federal, observado o seguinte:

I – o valor bruto da restituição ou do ressarcimento será debitado à conta do tributo ou da contribuição a que se referir;

II – a parcela utilizada para a quitação de débitos do contribuinte ou responsável será creditada à conta do respectivo tributo ou da respectiva contribuição.

Art. 74. Observado o disposto no artigo anterior, a Secretaria da Receita Federal, atendendo a requerimento do contribuinte, poderá autorizar a utilização de créditos a serem a ele restituídos ou ressarcidos para a quitação de quaisquer tributos e contribuições sob sua administração.’”

(destaquei)

Diante disso, resta claro que a legislação tributária em vigor – Código Tributário Nacional c/c Lei nº 9430/96 - somente autoriza a compensação entre créditos e débitos do contribuinte, se ambos forem administrados pela Secretaria da Receita Federal.

No presente caso, o contribuinte pretende quitar seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

mediante a compensação com os seus créditos, relativos aos valores recolhidos a título de “empréstimo compulsório à Eletrobrás”.

O Decreto nº 68.419/1971, que regulamenta o “empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás”, estabelece expressamente que:

“Art. 48 – O empréstimo compulsório em favor da ELETROBRÁS, exigível até o exercício de 1973, inclusive, será arrecadado pelos distribuidores de energia elétrica aos consumidores, em importância equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do valor do consumo, entendendo-se este como o produto do número de quilowatts-hora consumidos, pela tarifa fiscal a que se refere o art. 5º deste Regulamento.

Parágrafo único – O empréstimo de que trata este artigo não incidirá sobre o fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais e rurais.

Art. 49 – A arrecadação do empréstimo compulsório será efetuada nas contas de fornecimento de energia elétrica, devendo delas constar destacadamente das demais, a quantia do empréstimo devido.

Parágrafo único – A ELETROBRÁS emitirá em contraprestação ao empréstimo arrecadado nas contas emitidas até 31 de dezembro de 1966, obrigações ao portador, resgatáveis em 10 (dez) anos a juros de 12% (doze por cento) ao ano. As obrigações correspondentes ao empréstimo arrecadado nas contas emitidas a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 1967 serão resgatáveis em 20 (vinte) anos, a juros de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor nominal atualizado por ocasião do respectivo pagamento, na forma prevista no art. 3º da Lei número 4357, de 16 de julho de 1964, aplicando-se a mesma regra, por ocasião do resgate, para determinação do respectivo valor e adotando-se como termo inicial para aplicação do índice de correção, o primeiro dia do ano seguinte àquele em que o empréstimo for arrecadado ao consumidor.

Art. 50 – As contas de fornecimento de energia elétrica deverão trazer breve informação sobre a natureza do empréstimo, e o esclarecimento de que, uma vez quitadas, constituirão documento hábil para o recebimento, pelos seus titulares, das correspondentes obrigações da ELETROBRÁS.

Art. 51. O produto da arrecadação do empréstimo compulsório, verificado durante cada mês do calendário, será recolhido pelos distribuidores de energia elétrica em Agência do Banco do Brasil S.A. à ordem da Eletrobrás, ou diretamente à ELETROBRÁS,

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

quando esta assim determinar, dentro dos 20 (vinte) primeiros dias do mês subsequente ao da arrecadação, sob as mesmas penalidades previstas para o imposto único e mediante guia própria de recolhimento, cujo modelo será aprovado pelo Ministro das Minas e Energia, por proposta da Eletrobrás.

§1º Os distribuidores de energia elétrica, dentro do mês do calendário em que for efetuado o recolhimento do empréstimo por eles arrecadado, remeterão à Eletrobrás 2 (duas) vias de cada guia de recolhimento de que trata este artigo, devidamente quitadas pelo Banco do Brasil S.A.

§2º Juntamente com a documentação referida no parágrafo anterior, os distribuidores de energia elétrica remeterão à ELETROBRÁS uma das vias da guia de recolhimento do imposto único.

§3º Aos débitos resultantes do não recolhimento do empréstimo referido neste artigo, aplica-se a correção monetária na forma do art. 7º da Lei nº 4347, de 16 de julho de 1964, e legislação subsequente.

Art. 66. A ELETROBRÁS, por deliberação de sua Assembléia-Geral, poderá restituir, antecipadamente, os valores arrecadados nas contas de consumo de energia elétrica a título de empréstimo compulsório, desde que os consumidores que os houverem prestado concordem em recebê-los com desconto, cujo percentual será fixado, anualmente, pelo Ministro das Minas e Energia.

§1º A Assembléia Geral da ELETROBRÁS fixará as condições em que será processada a restituição.

(grifei)

Diante disso, resta mais do que claro que compete única e exclusivamente à Eletrobrás a administração e, portanto, a restituição dos valores, que lhe foram pagos a título de “empréstimo compulsório”.

Se a Secretaria da Receita Federal não administrou os valores recolhidos a título de empréstimo compulsório à Eletrobrás, por óbvio, não pode compelida a aceitar tais créditos para a quitação, mediante compensação, de débitos relativos a tributos e contribuições que estão sob a sua administração.

Portanto, o cerne da questão, contrariamente ao sustentado pelo contribuinte em suas razões recursais, não é a classificação do empréstimo compulsório à Eletrobrás como tributo ou não, uma vez que, independentemente dessa classificação, o empréstimo compulsório à Eletrobrás, consoante acima demonstrado,

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

não é administrado pela Secretaria da Receita Federal, mas sim, única e exclusivamente, pela própria Eletrobrás.

Não é possível, como corolário, ser aceito a compensação com débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Desta forma, com base no princípio constitucional da legalidade e nos citados artigos 170 do Código Tributário Nacional e 74 da Lei nº 9.430/96, é inadmissível a compensação pretendida pelo contribuinte, ante a expressa previsão legal, de que a compensação ocorra somente entre créditos e débitos administrados pela Secretaria de Receita Federal.

Esse tem sido o entendimento dos nossos tribunais, conforme demonstram as decisões abaixo-transcritas:

“Ementa:

Agravo de Instrumento. Pedido de Antecipação da Tutela para Suspender Cobrança de Débito pelo BNDES-FINAME. Créditos do Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica. Compensação. Impossibilidade.

- Agravo de Instrumento interposto contra a decisão denegatória da antecipação da tutela para suspender a exigibilidade dos débitos que a agravante tem para com o BNDES-FINAME, sob a alegação de que é titular de crédito do empréstimo compulsório sobre energia elétrica instituído pela Lei nº 4156/1962 (Obrigações da Eletrobrás), os quais pretende compensar com o referido débito.

- Em tese, admite-se ser legítima a pretensão da parte agravante à restituição dos valores representados no título representativo do recolhimento do empréstimo compulsório sobre energia elétrica (Obrigações da ELETROBRÁS), sujeito que está ao prazo prescricional vintenário (STJ, Primeira Turma, Resp nº 525403/RS, Rel. Min. José Delgado, julg. em 04/09/2003, publ. DJU de 20/10/2003, pág. 226).

- “A compensação tributária, segundo o art. 170 do CTN, envolvendo crédito tributário a ser compensado com crédito de outra natureza, somente pode ocorrer se houver prévia autorização legislativa.” (TRF 2ª Região, AGTR nº 82276/RJ, Rel. Juiz LUIZ ANTÔNIO SOARES, julg. em 05/03/2002, publ. DJU de 09/01/2003, pág. 17).

- Observância ao princípio da legalidade.

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

- *Havendo o processo sido extinto sem o exame do mérito com relação ao BNB, deve o mesmo ser excluído do pólo passivo do recurso.*

- *Agravo de Instrumento improvido.*”¹

“Ementa:

Processual Civil e Tributário. Não-Juntada, ao Instrumento de Agravo, de Cópia do Ato Administrativo Questionado na Ação Mandamental. Compensação. Art. 74, §12, II, ‘c’ e ‘e’, da Lei 9430/96. Não-Declaração.

1....

2. À luz da disciplina normativa vertida no art. 74 da Lei 9430/96, o crédito que pode ser utilizado pelo sujeito passivo na compensação é o relativo a tributo ou contribuição, não, pois, qualquer crédito.

3. A declaração de compensação apresentada pelo contribuinte apenas extingue o crédito tributário sob condição resolutória de ulterior homologação (art. 74, § 2º, da Lei 9430/96), o que permitiria a lavratura de certidão negativa de débito, caso não verificada uma das hipóteses listadas no § 12 deste mesmo artigo, quando será considerada não declarada a compensação. Na situação sub examine, incidem os óbices estatuídos nas alíneas ‘c’ e ‘e’ do inciso II do aludido § 12.

4. Para que seja procedida a compensação, faz-se imprescindível que os valores a serem compensados estejam revestidos dos atributos da liquidez e certeza, o que não ocorre no caso dos títulos da Eletrobrás invocados pela agravante.

5. Agravo de instrumento desprovido. Agravo regimental prejudicado.”²

(grifei)

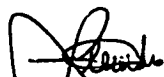
¹ Acórdão proferido pela Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no julgamento do Processo nº 2003.05.00030231-7; publicado no DJ de 18/01/2005, p. 375

² Acórdão proferido pela Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no julgamento do Processo nº 2005.04.01005390-4, publicado no DJ de 04/05/2005, p. 503

Processo nº : 10183.003411/2004-41
Acórdão nº : 303-32.531

Por todo o exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2005



ZENALDO LOIBMAN - Relator